



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

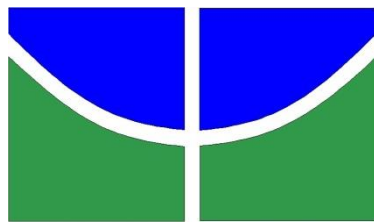
**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO  
DO FUNDO AMAZÔNIA**

**Janaína Cunha da Silva**

**Brasília, 20 de abril de 2022**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**FACULDADE DE TECNOLOGIA**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

## **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO DO FUNDO AMAZÔNIA**

**Janaína Cunha da Silva**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Florestal.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Job Biali

Brasília-DF, 20 de abril de 2022.

**ANEXO JANAÍNA CUNHA DA SILVA**

**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Tecnologia - FT**  
**Departamento de Engenharia Florestal – EFL**

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO DO FUNDO AMAZÔNIA**

Estudante: **Janaína Cunha da Silva**  
Matrícula: **14/0022937**  
Orientador: **Prof. Dr. Leonardo Job Biali**

Menção: **MS**

Aprovada por:

**Prof. Dr. Leonardo Job Biali**  
Universidade de Brasília – UnB  
Departamento de Engenharia Florestal  
Orientador (EFL)

**Msc. Mario Lima dos Santos**  
Universidade de Brasília – UnB  
Membro da Banca

**Msc. Rossana Cortelini da Rosa**  
Universidade de Brasília – UnB  
Membro da Banca

Brasília, 15 de abril de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Job Biali, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Tecnologia**, em 20/04/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rossana Cortelini da Rosa, Usuário Externo**, em 20/04/2022, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Lima dos Santos, Usuário Externo**, em 20/04/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7930028** e o código CRC **A814EB06**.

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, JANAÍNA CUNHA DA

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO DO FUNDO AMAZÔNIA.

32 p., 210 x 297mm (EFL/FT/UnB, Engenheira, Engenharia Florestal, 2022).

Trabalho de conclusão de curso - Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia.

Departamento de Engenharia Florestal

- |                 |                       |
|-----------------|-----------------------|
| 1. Desmatamento | 2. Governo Federal    |
| 3. Noruega      | 4. Política ambiental |

I. EFL/FT/UnB                      II. Título (série)

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILV, J. C. (2022). **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO DO FUNDO AMAZÔNIA**. Trabalho de conclusão de curso, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 32 p.

## CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Janaína Cunha da Silva

TÍTULO: *Impactos socioeconômicos e ecológicos da suspensão do Fundo Amazônia.*

GRAU: Engenheira Florestal                      ANO: 2022

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias deste Projeto Final de Graduação e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste Projeto Final de Graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

---

Janaína Cunha da Silva

janainacunha.silva23@gmail.com

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus queridos familiares, em especial, Genival Francisco da Silva e Antônia Cunha da Silva, meus pais, onde por meio do apoio financeiro e emocional me possibilitaram percorrer este caminho de maneira tranquila, além de terem sido extremamente pacientes durante toda minha graduação.

Aos meus amigos, por terem sido meu motivo de alegria e descontração durante minha caminhada, gostaria de citar os que sempre estiveram comigo: Nathália Quaranta, Marcelo Santos, Carolina Chierigatti, Maria Helena e Jackeline Arruda.

Aos meus professores da graduação por todos os ensinamentos e crescimento.

Aos membros da banca Mario Lima dos Santos e Rossana Cortelini da Rosa por todas as contribuições.

Ao professor orientador Dr. Leonardo Job Biali por toda a paciência, ajuda e ensinamentos.

À todas as pessoas que me ajudaram e que passaram pelo meu caminho durante todos os anos em que estive na graduação.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, minha caminhada foi intensa e dolorosa, com diversos espinhos que permanecerão comigo até o fim, mas o resultado final valeu a pena.

## RESUMO

Silva, Janaína Cunha da (SILVA, J. C.) **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DA SUSPENSÃO DO FUNDO AMAZÔNIA**. Monografia (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

O Fundo Amazônia foi criado em 2009 com objetivo principal de redução contínua nas taxas de desmatamento no Brasil e conseqüentemente, a redução das emissões de gases de efeito estufa. O Fundo operava por meio de captação de recursos por doações e financiamento não reembolsável de projetos. O principal foco e área de abrangência é a Amazônia Legal, mas também destina cerca de 20% dos recursos para apoiar projetos em outros biomas brasileiros. A gestão é de responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a função de captação e aplicação dos recursos financeiros, além de acompanhar e monitorar as iniciativas e prestar contas e expor os devidos resultados. O Fundo Amazônia financiou ao longo de 10 anos, 103 projetos, sendo que destes, 48 foram devidamente concluídos e os demais em andamento. Em 2019, o governo federal extinguiu os órgãos colegiados responsáveis por definir as diretrizes para aplicação dos recursos, o que na prática, significou a suspensão das atividades do Fundo Amazônia. Este estudo visa avaliar os impactos socioeconômicos e ecológicos da paralisação do Fundo para a Amazônia e os outros biomas brasileiros.

**Palavras-chave:** Desmatamento; Governo Federal; Projetos; Política ambiental.

## ABSTRACT

Silva, Janaína Cunha da (SILVA, J. C.) **TÍTULO EM INGLÊS**. Monograph (Forest Engineering Degree) – University of Brasília, Brasília, DF.

The Amazon Fund was created in 2009 through a federal decree, in accordance with the principles of the PPCDAm and the PAS, the main reduction in deforestation rates in Brazil, so that such a continuous increase and also contributed to the reduction of greenhouse gas emissions of greenhouse effect. The Amazon Fund operates through fundraising for donations and non-reimbursable project financing. It focused and covered the Legal Amazon, but also allocated around 20% of its resources to major projects in other Brazilian biomes. The management of the Amazon Fund for Economic and Social Development, in addition to responsibility for the National Bank for Economic and Social Development (BNDES), which had the funding and financial investment, monitoring resources and exporting resources from the Amazon as initiatives and reporting due results. The Amazon Fund has financed 103 projects over its 10 years of life, of which 48 have been completed and the others are at an unfinished stage. However, in 2020, the Amazon Fund was extinguished, and with it, federal administration collegiate, which ended up causing socioeconomic and ecological impacts for the Amazon and other Brazilian biomes.

**Keywords:** Deforestation; Federal Government; Project; Environmental policy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Localização das ações apoiadas pelos projetos financiados pelo Fundo Amazônia. ....	15
<b>Figura 2.</b> Número de projetos em proporção de projetos beneficiados, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia. ....	19
<b>Figura 3.</b> Número de projetos em porcentagem em que cada tema foi abordado, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia. ....	20
<b>Figura 4.</b> Número de projetos em porcentagem estratificado por grau de abrangência, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia. ....	21



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Número de projetos financiados pelo Fundo Amazônia, estratificado por natureza jurídica da entidade responsável.....	16
<b>Tabela 2.</b> Classes utilizadas para agrupar as informações sobre o público beneficiado e área de abrangência para os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia. ....	17

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>23</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>27</b>
	<b>Apêndice 1. Informações descritivas dos projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia. ....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Fundo Amazônia (FA) é entendido como sendo um fundo contábil, sem caráter jurídico e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES nº 1.640/2008; LEMOS; SILVA, 2010). Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas (COP13), em Bali, na Indonésia, e de fato autorizado pelo Decreto nº 6.527, do dia primeiro de agosto de 2008 (FUNDO AMAZÔNIA, 2019).

É uma iniciativa de subsídio de ações de redução de emissões de gases provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) e tem por objetivo central a captação de doações para investimentos não reembolsáveis em atividades de prevenção, monitoramento, enfrentamento ao desmatamento, estímulo da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia (MARCOVITCH, 2013). Após entrar em vigor, contribuiu para a diminuição do desmatamento através de diversos projetos financiados, o qual tinham por objetivo central as atividades de manejo, desenvolvimento sustentável, monitoramento/ordenamento territorial e fiscalização (LEMOS; SILVA, 2010).

Até o ano de 2019, o Fundo Amazônia era reconhecido como a iniciativa central do Governo Federal no que se refere ao REDD+, e até por isso, todos os projetos amparados pelo fundo contribuíram direta e indiretamente para a diminuição do desmatamento na Amazônia (LEMOS; SILVA, 2010). O Fundo Amazônia ainda é autorizado a utilizar até 20% de seus recursos para amparar projetos de sistemas de monitoramento e controle de desmatamento em outros biomas brasileiros, ou até mesmo em outros países tropicais (FUNDO AMAZÔNIA, 2020).

No que diz respeito à gestão do Fundo Amazônia, é realizada pelo BNDES, o qual também capta os recursos (vale destacar que a Noruega era a principal doadora, seguida pela Alemanha) e repassa as iniciativas apoiadas. Para determinar as diretrizes e acompanhar os resultados obtidos, foi montada uma estrutura para representar a sociedade civil, o Comitê Orientador (COFA). Ainda, há o Comitê Técnico (CTFA), nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual tem por objetivo atestar os cálculos expostos pelo MMA em relação às reduções efetivas de emissões de carbono oriundas de desmatamento (FUNDO AMAZÔNIA, 2021). Este último, é um comitê formado por especialistas e analisa a relação com as instituições que propõe e desenvolvem os projetos (MARCOVITCH, 2013).

Ao longo dos 10 anos que se fez ativo, o Fundo Amazônia apoiou 103 projetos, sendo que 9 são projetos com órgãos federais, 22 com órgãos estaduais, sete com municípios, 58 com organizações do Terceiro Setor (ONG's), seis com universidades e apenas um com entidade internacional (SANTOS; VIERGEVER, 2019). Diversas regiões foram apoiadas pelo FA, com evidente destaque para Amazônia Legal, onde cerca de 366 municípios receberam, por exemplo, adequação à legislação ambiental dos imóveis por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), outros 343 municípios fora da Amazônia Legal também foram beneficiados.

O fundo, fomentou atividades produtivas sustentáveis, sendo este o maior foco do FA, demonstrando o interesse existente pela conciliação entre produção e conservação florestal. O Fundo também foi responsável pela consolidação de 190 das 338 Unidades de Conservação (UCs) e 101 das 424 Terras Indígenas (Tis) na Amazônia Legal. No que diz respeito a parte social, contribuiu diretamente na redução da pobreza e geração de renda, além de ter apoiado também o setor privado, estados, municípios e iniciativas voltadas a redução da desigualdade de gênero, (SANTOS; VIERGEVER, 2019).

A suspensão do Fundo Amazônia veio com a publicação no Diário Oficial de 11 de abril de 2019, do Decreto nº 9.759/2019, que acabara por extinguir os órgãos colegiados de administração pública federal instituídos por atos infralegais, tais como: comitês, grupos, conselhos, fóruns, entre outros. Com isso, o Comitê Orientador (COFA) e o Comitê Técnico (CTFA) que formavam a base do Fundo Amazônia, foram descontinuados, carretando na paralisação das ações do Fundo (RODRIGUES, 2019). Com a suspensão do Fundo Amazônia, há o temor que o bioma passe a sofrer maior influência do desmatamento ilegal, menor geração de empregos, e perda da interação social floresta - população, sendo a natureza e magnitude destes impactos ainda desconhecida (FUNDO AMAZÔNIA, 2021).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Avaliar do ponto de vista econômico, social e ecológico os impactos causados pela suspensão do Fundo Amazônia.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Identificar quais são os principais grupos beneficiados pelos projetos financiados pelo Fundo Amazônia;
- Quantificar o número de projetos financiados que abordam as temáticas econômicas, sociais e ecológicas;
- Descrever a área de abrangência que geralmente os projetos atendem.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

O Fundo Amazônia é conhecido por apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal, seguindo principalmente orientações da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (BNDES, 2020).

O Fundo utiliza como ferramenta gerencial o chamado Quadro Lógico do Fundo Amazônia, que é um acessório de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de impactos e resultados, e que possui o objetivo geral de reduzir o desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia

Foi feito levando em consideração os diagnósticos do PPCDAm (fundamentado no diagnóstico sobre a extensão, dinâmica e os vetores do desmatamento). Neste documento estão identificados os principais fatores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, além disso, o Quadro Lógico do Fundo Amazônia, também leva em conta as sete áreas temáticas apontadas no Decreto nº 6.527/2008, responsável por regulamentar a condução do Fundo dentro da Amazônia Legal, são elas:

1. Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. Manejo florestal sustentável;
4. Atividades econômicas desenvolvidas com base no uso sustentável da vegetação;
5. Zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. Conservação e uso sustentável da biodiversidade;
7. Recuperação de áreas desmatadas.

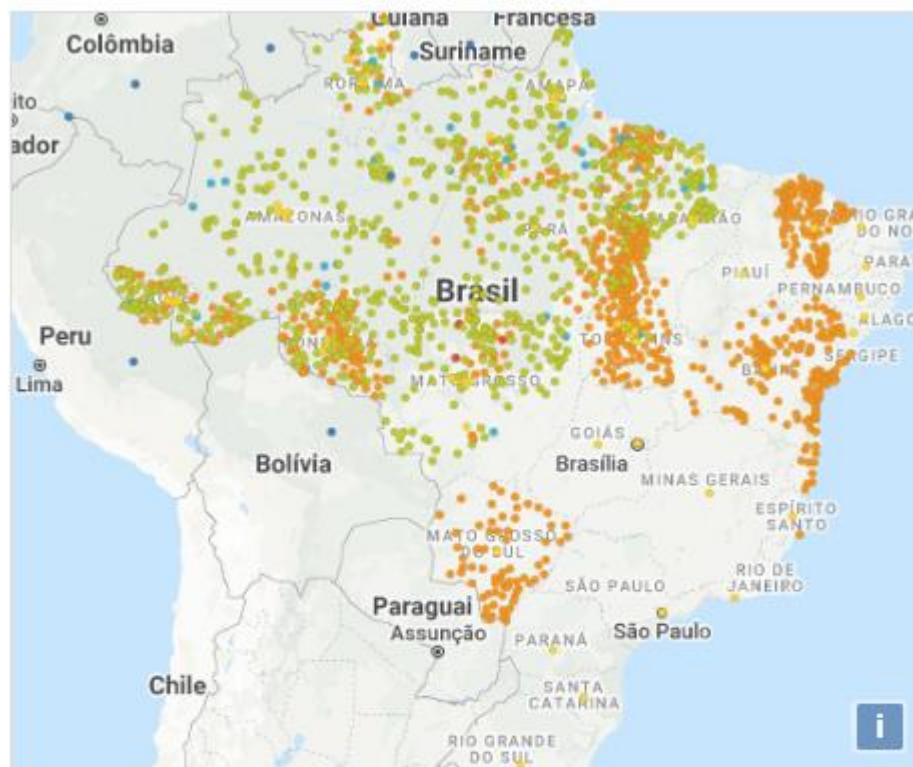
Para avaliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais da suspensão do Fundo Amazônia, este estudo utilizou como estratégia o levantamento dos indicadores e metas estabelecidos para os projetos já financiados. As informações destes projetos executados até o momento da suspensão serão utilizadas como parâmetro para identificar os possíveis benefícios que o país está abdicando, ao paralisar as ações relacionadas ao programa.

Desde a sua criação, em 2009, o Fundo Amazônia aprovou um total de 114 projetos, porém, 11 foram cancelados, sendo assim, 103 projetos foram de fato financiados. A solicitação de apoio de projetos pode ser feita pelos governos federais, estaduais e municipais, além de

empresas públicas ou privadas, terceiro setor, ONGs ou até mesmo organizações internacionais. Para isso, os projetos precisam estar de acordo com os direcionamentos pautados pelo COFA, com as políticas operacionais do BNDES, enquadrados em uma ou mais áreas temáticas, e que de fato, comprovem redução no desmatamento. Para a contratação de projetos são analisados a instituição solicitante e o projeto propriamente dito, considerando as vertentes técnicas, operacionais, jurídicos e institucionais do BNDES (CARVALHO; PADILHA JUNIOR; TIMOFEICZYK, 2016).

A Figura 1 identifica os locais contemplados com as ações realizadas com recursos do Fundo Amazônia.

**Figura 1.** Localização das ações apoiadas pelos projetos financiados pelo Fundo Amazônia.



- |                           |                                 |
|---------------------------|---------------------------------|
| ● Projetos com Municípios | ● Projetos com o Terceiro Setor |
| ● Projetos com Estados    | ● Projetos com Universidades    |
| ● Projetos com a União    | ● Projetos Internacionais       |

Fonte: Fundo Amazônia (2022).

No que diz respeito à natureza jurídica das entidades responsáveis pelos projetos já financiados, se destaca o terceiro setor e órgãos públicos, que correspondem por quase a

totalidade tanto do número de iniciativas apoiadas, como do montante de recursos recebidos (Tabela 1).

**Tabela 1.** Número de projetos financiados pelo Fundo Amazônia, estratificado por natureza jurídica da entidade responsável.

<b>Setores/Natureza Responsável</b>	<b>Número de projetos</b>	<b>Valores (R\$)</b>	<b>Valores (%)</b>
<b>Terceiro Setor</b>	58	706.352.997,71	37,97
<b>Estados</b>	22	577.766.547,17	31,06
<b>União</b>	9	521.254.711,75	28,02
<b>Internacional</b>	1	23.693.641,00	1,27
<b>Universidades</b>	6	16.430.974,32	0,88
<b>Municípios</b>	7	14.654.218,71	0,79
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>1.868.063.712,85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BNDES (2018).

Esta distribuição por setores/natureza responsável foi um dos componentes utilizados para direcionamento do estudo, bem como o objetivo de cada projeto, o nome, os beneficiados, o tema em questão e a localização do emprego dos projetos.

Como citado anteriormente, a gestão do Fundo Amazônia é de responsabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual realiza um trabalho onde os projetos apoiados são seguidos desde o pedido de apoio até a finalização com o objetivo de prevenção de problemas operacionais de execução. Neste processo, a equipe responsável pela gestão do FA realiza o monitoramento da implementação, execução e declarações financeiras (CARVALHO; PADILHA JUNIOR; TIMOFEICZYK, 2016).

Estas informações em parte são disponibilizadas pelo BNDES nos Relatório Anuais do Fundo Amazônia (RAFA), onde são registradas e divulgadas para a sociedade as ações e os resultados do Fundo, incluindo governança, captação dos recursos, seu desempenho operacional, os projetos apoiados e o monitoramento e a avaliação de resultados. O RAFA foi utilizado como uma das principais fontes de informações para o estudo.

Além disso, os dados dos projetos também foram obtidos por meio do site oficial do Fundo Amazônia, onde é possível filtrar os projetos do ponto de vista do status do seu andamento, incluindo se foram finalizados por completo ou não. De acordo com o portal do Fundo Amazônia, 48 projetos foram concluídos por completo, e os outros 55 projetos ainda



estavam em andamento. Neste estudo os projetos avaliados com maior ênfase foram os já concluídos, uma vez que é possível a obtenção de uma maior clareza em relação aos impactos ecológicos e socioeconômicos da suspensão das atividades do Fundo.

Para estes projetos já concluídos, foi feito um levantamento descritivo de informações chave, que serão utilizadas para subsidiar a discussão a respeito dos impactos da suspensão. As informações levantadas para os 48 projetos foram: objetivo do projeto; público beneficiado; natureza jurídica da entidade responsável pela execução; temática para o qual é voltado; e área de abrangência das ações. Devido a variabilidade das informações em relação ao público beneficiado e área de abrangência das ações, estas duas variáveis posteriormente foram agrupadas em classes, para facilitar a apresentação dos resultados e discussão das informações. As classes utilizadas estão descritas na Tabela 2.

**Tabela 2.** Classes utilizadas para agrupar as informações sobre o público beneficiado e área de abrangência para os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia.

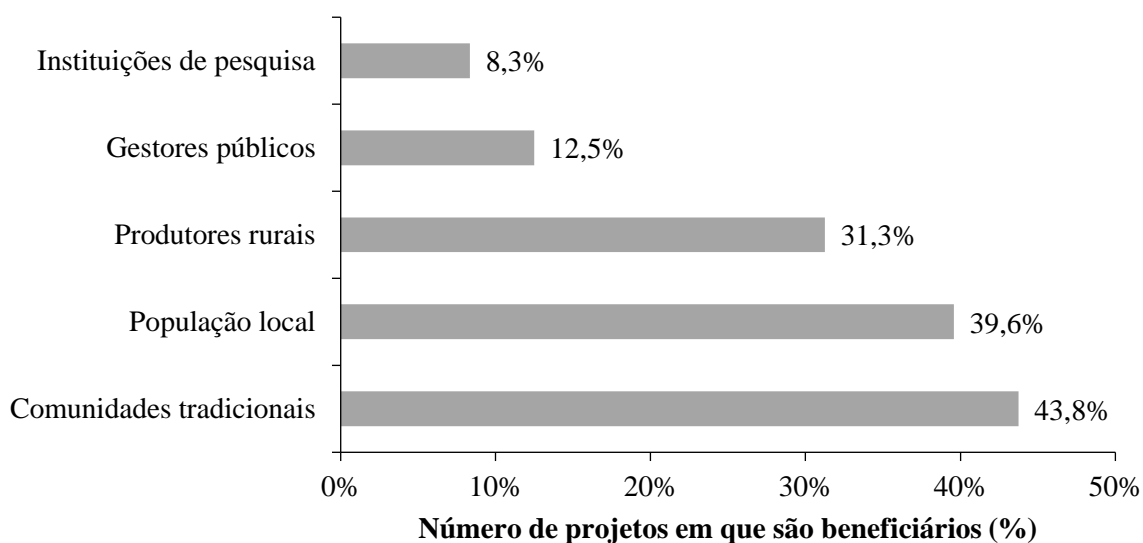
<b>Beneficiários</b>	<b>Abrangência</b>
Comunidades tradicionais	Abrangência estadual
Empresas	Comunidades pontuais
Gestores públicos	Múltiplos estados
Instituições de pesquisa	Municípios específicos
População local	Toda Amazônia Legal
Produtores rurais	UCs e/ou TIs

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Fundo Amazônia foi criado visando ações para a redução do desmatamento no bioma Amazônia, portanto, a redução das taxas de desmatamento no Brasil é o objetivo central. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que faz o monitoramento das taxas de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988, em 2008 (ano de criação do FA), as taxas de desmatamento foram de aproximadamente 13 mil km<sup>2</sup>, alcançando uma mínima histórica em 2012, próximo de 4,5 mil km<sup>2</sup> (INPE/PRODES, 2015). Após 2012 as taxas voltaram aumentar, mas sem alcançar os índices anteriores, ficando entre 5 e 8 mil km<sup>2</sup> até 2018. Em 2019, ano de suspensão do Fundo, a Amazônia Legal voltou a apresentar crescimento expressivo do desmatamento, ficando acima de 10 mil km<sup>2</sup> em 2019 e 2020, e voltando a superar a barreira dos 13 mil km<sup>2</sup> em 2021.

Contudo, fazer uma relação direta entre as ações do Fundo e a redução ou aumento do desmatamento é leviano, tendo em vista que inúmeras condicionantes também têm efeito sobre estes indicadores. Por isso, o estudo centra a sua discussão na análise dos benefícios diretos obtidos pelas ações dos projetos financiados, visando identificar os impactos da suspensão. O apêndice 1 apresenta as informações dos 48 projetos já concluídos, que são datados desde a criação do FA, no ano de 2008, até a sua suspensão, em 2020.

Dos 48 projetos concluídos que foram analisados, 43,8% tiveram como beneficiários comunidades tradicionais, sendo as mais beneficiadas pelo Fundo Amazônia (Figura 2). Sendo assim, a suspensão do Fundo acaba por trazer prejuízos que vão além da parte ecológica, elas foram beneficiadas de forma direta em praticamente metade dos projetos concluídos, isto mostra o foco do Fundo trabalhando juntamente com a melhoria na qualidade profissional/técnica destas comunidades, além das políticas de combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável sendo promovidas. Adicionalmente, os produtores rurais foram beneficiários em 31,3% e a população local 39,6% do total de projetos, sendo estes dois grupos de suma importância no que se refere ao desenvolvimento da região amazônica, atestado pelas porcentagens altas de projetos dos quais foram beneficiados. Estes três grupos altamente representado demonstra o papel social que o Fundo Amazônia desempenhava, aplicando os recursos captados diretamente em prol da sociedade. Esta informação é corroborada pelo baixo número de projetos voltados a apoiar ações de gestão pública e instituições de pesquisa, 12,5% e 8,3%, respectivamente.

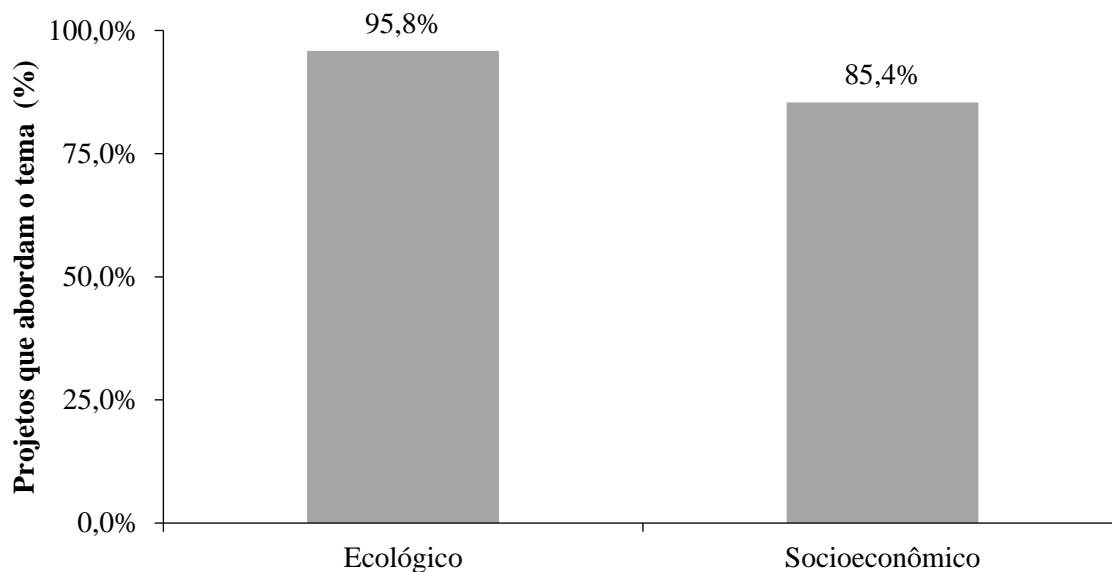


**Figura 2.** Número de projetos em proporção de projetos beneficiados, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia.

\* Somas superiores a 100% decorrem da existência de projetos em que mais de um grupo é beneficiário.

As comunidades tradicionais não somente são formadas por povos indígenas, mas também por quilombolas, ribeirinhos, pescadores e pescadoras artesanais, e outros, por isso, toda essa diversidade étnica acaba por se relacionar com o manejo sustentável para a conservação da biodiversidade, além da manutenção das funções ecológicas do bioma e para um desenvolvimento sustentável. (ISPN, 2020). Diversos projetos acabaram por englobar a capacitação, informação e conhecimento técnico para estas comunidades exatamente com este objetivo, de manutenção do bioma.

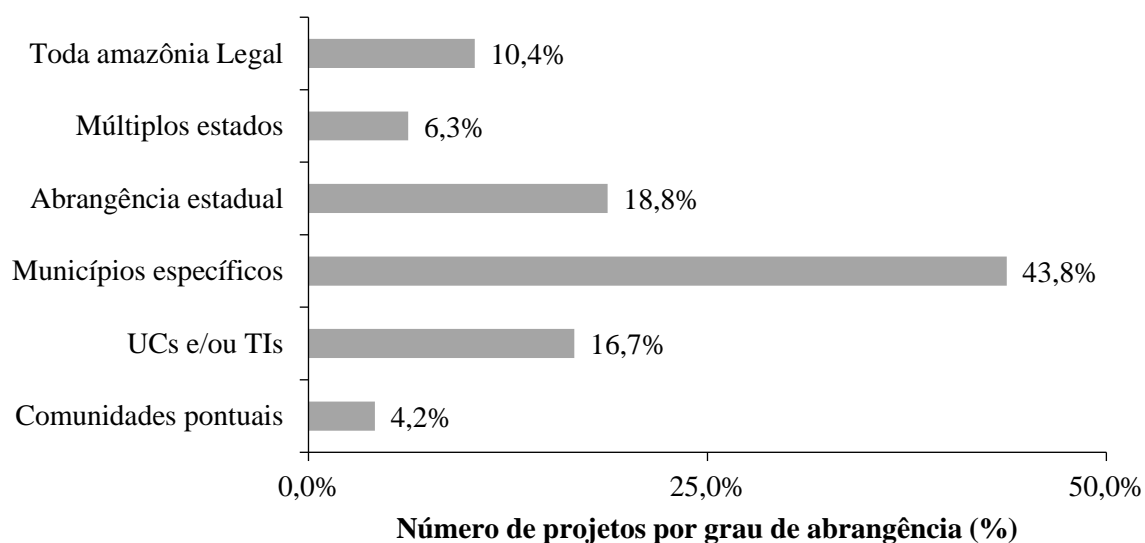
A figura 3 relaciona a porcentagem do número de projetos que abordam os temas ecológicos e socioeconômicos, e acaba por trazer a informação de que o objetivo do Fundo se cumpria, pois quase que a maioria (95,8%) dos projetos concluídos tratou do tema “ecológico”, ao mesmo tempo que também traziam o lado “socioeconômico” (85,4%). À título de comparação, alguns dos projetos já concluídos, como por exemplo: “Capacitar para Conservar”, apoiaram a formação de novos gestores florestais e agentes ambientais, estes projetos foram classificados, do ponto de vista temático, como Ecológico e Socioeconômico, uma vez que por meio da capacitação e formação de novos gestores, se gera toda uma cadeia de geração de empregos, além do fortalecimento das práticas sustentáveis e de promoção da manutenção da biodiversidade.



**Figura 3.** Número de projetos em porcentagem em que cada tema foi abordado, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia.

\* Somas superiores a 100% decorrem da existência de projetos em que mais de um grupo é beneficiário.

Os dados da Figura 4 acabam por corroborar as informações observadas na Figura 2, pois demonstra que 43,8% dos projetos concluídos, do ponto de vista do grau de abrangência, foram em Municípios Específicos, ou seja, fortalece o fato de que as comunidades tradicionais, que obviamente se localizam em municípios específicos, foram as mais beneficiadas dentro da carta de projetos finalizados. Isto é reforçado pelos 16,7% em TIs e UCs e 4,2% destinado a comunidades específicas. Isto mostra que os recursos do Fundo Amazônia foram destinados, sobretudo para projetos de foco local. Os projetos de alcance estadual ou multiestaduais, corresponderam por aproximadamente 1/3 dos projetos já concluídos financiados.



**Figura 4.** Número de projetos em porcentagem estratificado por grau de abrangência, considerando os projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são avaliados individualmente, sendo que além do acompanhamento dos projetos durante a execução, o FA divulga também uma avaliação dos resultados e impactos de cada um dos projetos concluídos, de maneira individual e minuciosa (Fundo Amazônia, 2020). Os projetos já concluídos expõem de maneira detalhada todas as áreas englobadas pelo FA, fato este que corrobora por salientar a importância do Fundo.

Vale ressaltar que na conclusão de cada projeto, o responsável demonstra um relatório de avaliação dos resultados, onde o principal objetivo deste relatório é a consolidação das informações sobre a execução do projeto apoiado, além dos resultados e impactos. Neste mesmo documento deve ter informações sobre a evolução do projeto, monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram durante sua implementação, além de demonstrar quais conhecimentos foram gerados e aprendidos.

De acordo com Carvalho, Padilha Junior, Timofeiczuk (2016) o Fundo Amazônia contribuiu para reduzir o desmatamento. A partir de um teste realizado, conclui que o Fundo evitou cerca de 6,4 mil km<sup>2</sup> de desmatamento no período de 2010-2013, sendo que, a partir de um exercício de simulação, foi mostrado que na falta do Fundo o desmatamento na região seria 29% maior do que o observado no período citado.

Em relação a indicadores gerais da Amazônia Legal durante o período de atividade do Fundo, segundo o BNDES (2020), a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2020 foi 4,2% inferior à taxa apurada na linha de base do Fundo Amazônia em 2009. Em

relação a indicadores econômicos, foi identificado um aumento da participação do PIB da Amazônia no PIB brasileiro, que chegou a alcançar em 2018 uma participação de 8,9%, em contrapartida da taxa encontrada em 2009 que foi de 7,9%. Também foi notado um aumento de 16% no volume de produção e de 35% da receita gerada pela carta de produtos de extrativismo monitorados pelo Fundo Amazônia, no período de 2009 a 2019, dados estes obtidos da base de dados “Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura” (Pevs), do IBGE. Esta mesma fonte ainda aponta um aumento de 582% no volume e 1.022% da receita gerada anualmente através da produção legal de madeira em toras entre o período de 2009 a 2020.

Em relação a governança, no intervalo de tempo de vigência do Fundo, observou-se uma ampliação da descentralização da gestão ambiental na Amazônia Legal para os municípios em 647% e do número de atos de autorização expedidos pelos órgãos de meio ambiente em 42%. Também foi notado um aumento de 337% da área de Unidades de Conservação (UCs) federais e Terras Indígenas (TIs), que são um importante instrumento de gestão territorial, contudo, também foi detectado uma piora no indicador que monitora o desmatamento em áreas protegidas federais e estaduais, contando também com as TIs (BNDES, 2020).

Outro dado interessante foi o crescimento de 63% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal entre 2009 a 2020.

Estes indicadores deixam claro que com a suspensão do FA, os impactos da interrupção dos projetos apoiados pelo Fundo se estendem desde o campo socioeconômico até o campo ecológico, tanto que já foram quantificados alguns destes impactos. Além de perder alguns avanços conquistados, o que deixará de ser ganho também não pode ser desconsiderado, pois como pode ser visto, os projetos já finalizados acabaram por gerar melhorias para as populações locais, gerações de empregos e diminuição de impactos ecológicos nas áreas abrangidas por estes projetos, benefícios estes sendo deixados de ser aproveitados pela população devido a impossibilidade do Fundo captar novos recursos, e até mesmo, aplicar valores que já encontram-se disponíveis.

## 5 CONCLUSÕES

- Dentre todos os beneficiados pelo Fundo Amazônia, vale a pena destacar as Comunidades Tradicionais, do ponto de vista temático, já no que refere a abrangência, os maiores beneficiados foram os Municípios Específicos.

- Os projetos do FA, abrangem em sua maioria os Municípios Específicos, contudo, também contemplou estados, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, a Amazônia Legal, e pequenas comunidades no bioma.

- Os impactos causados pela suspensão do Fundo Amazônia são notórios tanto do ponto de vista ecológico, na biodiversidade, no manejo sustentável, e no já quantificado aumento do desmatamento, como também na questão social, que abrangia a capacitação de gestores florestais e a geração de empregos e conhecimento em todos os estados e regiões em que haviam projetos ativos ou já concluídos, além disso, a comunidade científica também era contemplada em alguns dos projetos, fato este que interfere diretamente em trabalhos acadêmicos importantes, e monitoramento da área.

## 6 REFERÊNCIAS

BNDES. Fundo Amazônia: Relatório de atividades 2014. Rio de Janeiro, RJ: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/RAFA\\_2010\\_pt.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/RAFA_2010_pt.pdf). Acesso em: 20/03/2022.

BNDES. Fundo Amazônia: Relatório de atividades 2020. Rio de Janeiro, RJ: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/rafa\\_2020\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/rafa_2020_port.pdf). Acesso em: 10/03/2022.

BNDES. Fundo Amazônia: Relatório de atividades 2019. Rio de Janeiro, RJ: Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/rafa\\_2020\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/rafa_2020_port.pdf). Acesso em: 09/03/2022.

BNDES. Relatório de Atividades do Fundo Amazônia. BNDES: Rio de Janeiro, 2010: Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/RAFA\\_2010\\_pt.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/RAFA_2010_pt.pdf). Acesso em: 11/03/2022.

BRASIL/COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil. Brasília. 2008.

CARVALHO, T. S.; PADILHA JUNIOR, J. B.;TIMOFEICZYK JUNIOR, R.. Impacto do Fundo Amazônia no Desmatamento da Amazônia Legal Brasileira.. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná.

FUNDO AMAZÔNIA. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/resultados-e-impactos/#:~:text=Aumento%20superior%20a%20quatro%20vezes,TIs%20\(2009%2D2019\)](http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/resultados-e-impactos/#:~:text=Aumento%20superior%20a%20quatro%20vezes,TIs%20(2009%2D2019).). Acesso em: 13/04/2022.



FUNDO AMAZÔNIA. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Amazonia-Indigena-Sustentavel/>. Acesso em: 23/03/2022.

FUNDO AMAZÔNIA/CARTEIRA DE PROJETOS. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site\\_pt/Esquerdo/Projetos\\_Apoiados/Carteira\\_Projetos](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Carteira_Projetos). Acesso em: 23/03/2022.

INPE/PRODES. Base de Dados: Projeto PRODES. Acesso em: 24/03/2022. Disponível em: [http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes\\_1988\\_2014.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm). 2022.

LEMOS, A. L. F. ; SILVA, J. A. . Desmatamento na Amazônia Legal: evolução, causas e possibilidades de mitigação através do Fundo Amazônia. In: VI Simpósio de Pós-graduação em Ciências Florestais e do II Simpósio de Ciência e Tecnologia da Madeira do Rio de Janeiro, 2010, Rio de Janeiro. VI Simpósio de Pós-graduação em Ciências Florestais e do II Simpósio de Ciência e Tecnologia da Madeira do Rio de Janeiro, 2010.

MARCOVITCH, J. ; KRUGLIANSKAS, I. . Seminário Fundo Amazônia: Evolução Recente e Perspectivas (sessão pública de apresentação dos trabalhos da disciplina EAD-5953-Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas). 2013.

OS POVOS DA FLORESTA. Instituto Sociedade, População e Natureza, 2022. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/>. Acesso em: 18/04/2022.

RODRIGUES, Sabrina. Retrospectiva 2019: Após extinguir comitê gestor, governo paralisa Fundo Amazônia. <https://oeco.org.br/noticias/retrospectiva-2019-apos-extinguir-comite-gestor-governo-paralisa-fundo-amazonia/>. Acesso em: 23/03/2022.

VIERGEVER, M.; SANTOS, P.. Estudo de Distribuição de Benefícios do Fundo Amazônia. 2019. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitorament>

[o-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Distribuicao-de-Beneficios.pdf](#). Acesso em:  
25/03/2022.

## APÊNDICE

**Apêndice 1.** Informações descritivas dos projetos concluídos financiados pelo Fundo Amazônia.

Nome do projeto	Objetivo	Beneficiados	Responsável	Temas	Localização
<b>Olhos d' Água da Amazônia.</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental e auxiliar no processo do CAR.	População local, com ênfase nos produtores rurais.	Município.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Alta Floresta, Mato Grosso.
<b>Floresta de Mangue.</b>	Aparelhamento laboratorial/pesquisas relacionadas à ecologia, recuperação de áreas degradadas em florestas de mangue.	UFPA, comunidades tradicionais e da região.	Universidades.	Ecológica.	Município de Bragança, Pará.
<b>Biodiversidade.</b>	Melhorias da infraestrutura na UFPA voltadas para o estudo da biodiversidade.	UFPA, consumidores e empresas.	Universidades.	Ecológica.	Estado do Pará.
<b>Pesca Sustentável.</b>	Promoção de medidas de manejo para redução da degradação de ecossistemas aquáticos.	Pescadores, comunidades ribeirinhas e indígenas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômica.	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, Acre.
<b>Nova Cartografia Social na Amazônia.</b>	Promoção do mapeamento social em 27 comunidades do bioma Amazônia.	Povos e comunidades tradicionais da região, e pesquisadores.	Universidades.	Socioeconômica.	Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
<b>Preservar Porto dos Gaúchos.</b>	Fortalecimento da gestão ambiental municipal.	População local.	Municípios.	Ecológica e Socioeconômica.	Município de Porto dos Gaúchos, Mato Grosso.
<b>Compostos Bioativos da Amazônia.</b>	Instalação de uma planta piloto no Laboratório da UFPA, desenvolvimento de novos produtos.	UFPA, empresas da região e fornecedores de matérias primas para a produção de compostos bioativos.	Universidades.	Ecológica e Socioeconômica.	Estado do Pará.
<b>Recuperar Marcelândia.</b>	Fortalecimento da gestão ambiental, recuperação de áreas degradadas no entorno de nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu.	População local, produtores rurais.	Municípios.	Ecológica.	Municípios de Marcelândia, Mato Grosso.
<b>Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável.</b>	Apoio ao manejo florestal sustentável – capacitação técnica e pesquisa.	Trabalhadores do setor florestal, produtores rurais, áreas correlacionadas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia.
<b>Sementes do Portal.</b>	Recuperação ambiental de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar.	Agricultores familiares e comunidade indígena Terena.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá.
<b>Semas Pará.</b>	Fortalecimento da gestão ambiental por meio do processo de emissão do CAR e licenciamento ambiental.	População do estado do Pará.	Estados.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado do Pará.

<b>Nome do projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Beneficiados</b>	<b>Responsável</b>	<b>Temas</b>	<b>Localização</b>
<b>Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas.</b>	Fortalecimento da gestão ambiental em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento.	População do estado do Amazonas.	Estados.	Ecológica e Socioeconômico.	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas.
<b>Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia.</b>	Desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia.	UFPA, comunidade científica e população da Amazônia Legal.	Universidades.	Ecológico.	Todos os estados do bioma Amazônia.
<b>Olhos d' Água da Amazônia – Fase II</b>	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.	População local, em especial agricultores familiares.	Municípios.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Alta Floresta, de Mato Grosso.
<b>Sentinelas da Floresta.</b>	Fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil.	4 etnias indígenas, agricultores familiares e extrativistas do assentamento Vale do Amanhecer e a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA).	Terceiro Setor.	Socioeconômico.	8 Municípios do estado de Mato Grosso: Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena.
<b>Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia.</b>	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal.	Toda a população da Amazônia Legal.	União.	Ecológica e Socioeconômico.	Toda a Amazônia Legal.
<b>Jacundá, Município de Economia Verde.</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal.	Toda a população do município de Jacundá.	Municípios.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Jacundá.
<b>Proteção Florestal Tocantins.</b>	Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.	População do estado do Tocantins, em especial de sua região centro-norte.	Estados.	Ecológica.	Estado do Tocantins.
<b>Acre: Incêndios Florestais Zero.</b>	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.	População do estado do Acre.	Estados.	Ecológica.	Estado do Acre.
<b>Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas.</b>	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.	População do estado do Pará.	Estados.	Ecológica.	Estado do Pará.
<b>Alto Juruá</b>	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas, apoio a iniciativas de	Populações indígenas que habitam as Terras Indígenas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Região do Alto Juruá, no estado do Acre.

Nome do projeto	Objetivo	Beneficiados	Responsável	Temas	Localização
	monitoramento e controle da região; fortalecimento da comunidade local.				
<b>Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre</b>	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das Terras Indígenas.	Populações indígenas que habitam as quatro TIs apoiadas pelo projeto.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre
<b>Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia</b>	Realizações de chamadas públicas para selecionar/financiar projetos socioambientais.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.	Terceiro Setor	Ecológica e Socioeconômico.	Áreas do bioma Amazônia nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.
<b>Amazônia Indígena Sustentável</b>	Contribuir para a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas.	Comunidades indígenas das TIs Igarapé Lourdes, Zoró, Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia.	Terceiro Setor	Ecológica e Socioeconômico.	Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rio Guaporé (RO) e Rio Negro Ocaia (RO).
<b>Quintais Amazônicos</b>	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária.	Pequenos agricultores familiares.	Terceiro Setor	Ecológica e Socioeconômico.	Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste.
<b>Nascentes do Buriti</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal.	População local, de forma mais direta, os pequenos produtores rurais.	Municípios.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Carlinda.
<b>Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia.</b>	Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados.	Povos indígenas isolados e de recente contato e populações que habitam o entorno de seus territórios.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Amazônia Legal.
<b>Ilhas de Belém.</b>	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental.	Executores de política pública em gestão territorial, população das ilhas no entorno da cidade de Belém e UFPA.	Universidades.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado do Pará.
<b>Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia.</b>	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável.	Aproximadamente 8.800 indígenas de sete povos indígenas e 100 técnicos de instituições públicas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Seis terras indígenas localizadas nos estados do Amapá e do Pará.
<b>Bolsa Floresta.</b>	Promover a contenção do desmatamento e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.	População das UCs atendidas pelo projeto.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	16 UCs estaduais no Amazonas.
<b>Virada Verde.</b>	Adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite	Prefeituras municipais e produtores rurais em geral dos municípios abrangidos pelo projeto.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	12 municípios de Mato Grosso e do Pará.
<b>Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase II.</b>	Apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação (UCs).	População residente nas UCs e moradores do entorno;	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Todos os estados do Bioma Amazônia.

Nome do projeto	Objetivo	Beneficiados	Responsável	Temas	Localização
		funcionários e instituições responsáveis pela gestão; conselhos gestores e municipalidades envolvidas nos territórios das UCs atendidas pelo programa.			
<b>Sociobiodiversidad e Produtiva no Xingu.</b>	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade.	Povos indígenas, pequenos agricultores e comunidades extrativistas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: Parque Indígena do Xingu (PIX); Cabeceiras do Xingu/BR-158; e Terra do Meio; compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará.
<b>APL Babaçu.</b>	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas.	Populações de assentamentos, quilombos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado do Maranhão, nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal.
<b>Gestão Socioambiental de Municípios do Pará.</b>	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações objetivando acelerar a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)	População total dos 11 Municípios.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	11 municípios do estado do Pará.
<b>ARAPAIMA: Redes Produtivas</b>	Apoio ao manejo pesqueiro, recursos florestais não madeireiros em Tis e UCs; fortalecer as associações indígenas.	Povos indígenas e comunidades extrativistas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas.
<b>Bombeiros Florestais de Mato Grosso.</b>	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.	População da região de atuação da Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar localizada em Sorriso.	Estados.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado de Mato Grosso, principalmente os seguintes municípios: Nova Santa Helena, Cláudia, Colíder, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupá, Peixoto de Azevedo, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, União do Sul, Vera e Alta Floresta.
<b>Concretizar</b>	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio	Famílias de agroextrativistas associadas às entidades aglutinadas e	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC).

Nome do projeto	Objetivo	Beneficiados	Responsável	Temas	Localização
	da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs).	beneficiárias dos investimentos nas usinas de beneficiamento de frutas e de processamento de óleos.			
<b>Programa de Qualificação da Gestão Ambiental.</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental.	Funcionários dos órgãos de administração municipal voltados para a gestão ambiental local dos 529 municípios dos nove estados do bioma Amazônia.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Municípios do bioma Amazônia.
<b>Fundo Dema.</b>	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor por meio de chamadas públicas.	Comunidades tradicionais da Amazônia: pequenos produtores, quilombolas e indígenas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas.
<b>Rondônia Mais Verde.</b>	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.	População do Estado de Rondônia, em especial na região de abrangência territorial do projeto.	Estados.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado de Rondônia.
<b>Conhecer para Conservar.</b>	Implantar o Musa visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia.	População de Manaus e cidades próximas, turistas nacionais e estrangeiros, estudantes das universidades, professores da rede pública e privada do estado do Amazonas e demais interessados em questões socioambientais.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Manaus, estado do Amazonas.
<b>Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu.</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal.	População do município de Cotriguaçu.	Municípios.	Ecológica e Socioeconômico.	Município de Cotriguaçu, no noroeste do estado de Mato Grosso.
<b>Capacitar para Conservar</b>	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas.	Gestores e membros dos conselhos de gestão de Unidades de Conservação da Natureza (UCs) e moradores dessas unidades e seus entornos.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Áreas protegidas no estado do Amapá.
<b>Valorização do Ativo Ambiental Florestal.</b>	Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento.	Assentados e agricultores familiares.	Estados.	Ecológica e Socioeconômico.	Estado do Acre.
<b>Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros.</b>	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras.	Agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e indígenas.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini,

Nome do projeto	Objetivo	Beneficiados	Responsável	Temas	Localização
					Boca do Acre, Lábrea e Silves.
<b>Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento.</b>	Implementar unidades familiares de produção agroecológica.	Famílias ribeirinhas e pequenos agricultores em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins.
<b>Bem Viver Sustentável.</b>	Contribuir para a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas (TIs).	Populações e comunidades indígenas das TIs Parque do Tumucumaque, Paru D'Este e Zo'é.	Terceiro Setor.	Ecológica e Socioeconômico.	Terras indígenas (TIs) Parque do Tumucumaque (PA e AP), Rio Paru D'Este (PA) e Zo'é (PA), nos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Obidos e Oriximiná, no Pará, e Laranjal do Jari/AP.

Fonte: Fundo Amazônia (2019), adaptado.